



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ/RO SEMUSA

ARQUITETO

TIPO 4 – AZUL

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: ARQUITETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **05**.

Consciência coletiva

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.

(DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*, 1893.)

Questão 01

No trecho *“Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.”*, é possível observar:

- A) Duas situações distintas que apresentam características particulares.
- B) Uso de ambiguidade por meio da expressão *“tipo psíquico da sociedade”*.
- C) Um processo em desenvolvimento em que o individual equivale ao coletivo.
- D) Comparação de igualdade entre dois contextos sem que haja algum tipo de distinção.

Questão 02

Considerando o efeito de sentido produzido pelo emprego dos vocábulos no contexto apresentado, é correto afirmar que, em relação às ocorrências do vocábulo *“ela”*:

- A) Há diferentes referentes com os quais tal vocábulo estabelece relação.
- B) É possível reconhecer que há um único referente com que todas as ocorrências estabelecem relação.
- C) Dentre os referentes que são substituídos pelo pronome *“ela”* estão: sociedade; crença; e coletividade.
- D) Há repetição proposital com o objetivo de enfatizar a importância da consciência coletiva como temática.

Questão 03

No trecho *“O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum.”*, a ocorrência do sinal indicador de crase demonstra:

- A) Introdução à locução feminina.
- B) Destaque à expressão *“média dos membros”*, com reforço de especificação.
- C) Fusão de preposição obrigatória, devido à regência nominal e artigo feminino.
- D) Fusão de preposição obrigatória em virtude de regência verbal e artigo feminino.

Questão 04

Observe o fragmento a seguir: *“Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos.”* Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- A) No início da estrutura, apresenta-se uma justificativa composta pelo termo *“pois”*, cujo sentido equivale a *“por que”*.
- B) O verbo *“seja”* apresenta-se flexionado no modo indicativo, demonstrando a construção de uma hipótese não realizável.
- C) A possibilidade de substituição do termo *“conquanto”* por *“porquanto”* é adequada, considerando-se o contexto apresentado.
- D) Ocorre a atribuição de um sentido concessivo ao período; ou seja, contraditório à ação principal, porém incapaz de impedir sua ocorrência.



Questão 05

Considerando o fragmento textual apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) As mudanças que acompanham o desenvolvimento de uma sociedade, assim como a consciência pertencente a esse grupo, podem ser observadas de acordo com o surgimento das novas gerações.
- B) Em detrimento do conceito de consciência coletiva, segundo o autor, já ultrapassado, há uma nova perspectiva que enfatiza os tipos individuais e suas realizações que contribuem para um resultado maior.
- C) A expressão “consciência coletiva” é empregada pelo autor para denominar uma ampla reunião de possibilidades distintas que envolvem crenças e sentimentos comuns a cada membro de uma sociedade.
- D) Segundo o autor, o conceito de consciência coletiva é construído a partir de um conjunto de crenças e sentimentos que abarcam membros de uma sociedade, demonstrando conexões entre indivíduos pertencentes a gerações diferentes.

Texto para responder às questões de 06 a 10.

O papel da propriedade intelectual na competitividade do Brasil em saúde

A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece. Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos, nas tecnologias que facilitam a nossa rotina e, de forma muito concreta, nos avanços que transformam a saúde. Em essência, trata-se de um conjunto de regras que reconhece o direito de proteger as ideias, criações e inovações de uma pessoa ou de uma empresa, garantindo que essas invenções possam se transformar em soluções reais.

Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual. Nesse caso, há uma proteção concedida temporariamente a quem investe em pesquisa e desenvolvimento, considerando que houve aporte financeiro e riscos envolvidos nesse processo. Ao assegurar esse direito, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) cria um incentivo para que novas ideias continuem surgindo. Após um período de 20 anos dessa descoberta ser submetida ao INPI, o conhecimento gerado se torna amplamente acessível. Sem esse mecanismo, empresas altamente dependentes de P&D teriam menor previsibilidade e segurança em investir e reinvestir em novos produtos.

Quando trazemos esse conceito para o campo da saúde, a relevância da propriedade intelectual se torna ainda mais evidente. Desenvolver um novo medicamento ou tecnologia médica é uma atividade de alto risco e um dos processos mais complexos e incertos da economia moderna. São anos, muitas vezes décadas, de pesquisa, testes rigorosos e validações científicas, conduzidos por milhares de pesquisadores e com investimentos significativos. Estima-se que apenas entre 7% e 26% dos medicamentos que entram em fase inicial de testes chegam, de fato, ao mercado. Ou seja, a grande maioria dos esforços não se converte em produto final.

É justamente nesse contexto que um sistema de propriedade intelectual sólido se mostra essencial. Ele não apenas protege uma invenção, mas sustenta todo um ecossistema de inovação. Sem previsibilidade e segurança jurídica, o incentivo para investir em novas soluções diminui, o que impacta diretamente a possibilidade de novos tratamentos chegarem à sociedade e a velocidade com que isso pode acontecer. Segundo o estudo “*Patents and Innovation: An Empirical Study*”, cerca de 60% das novas descobertas não teriam sido desenvolvidas sem a existência de patentes. Outro estudo, o “*Patents, Innovation and Access to New Pharmaceuticals*”, destaca, por exemplo, que no Reino Unido, a ausência de proteção patentária poderia reduzir investimentos em pesquisa e desenvolvimento em até 64%. Esses números ajudam a dimensionar o quanto o sistema de propriedade intelectual está diretamente ligado à geração de novas terapias que podem mudar o curso da doença e a vida das pessoas.

Esse é um ponto central: inovação e segurança do direito de propriedade intelectual são investimentos no futuro. Parte do lucro obtido durante esse período no qual se detém exclusividade de exploração dessa tecnologia é investido na próxima descoberta.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem avançado nesse tema. Houve melhorias importantes nos processos relacionados à análise de patentes, com esforços relevantes por parte do governo para reduzir as filas de pedidos pendentes. Esses avanços são fundamentais e demonstram o compromisso do país em evoluir seu ambiente de inovação.

Ao mesmo tempo, ainda enfrentamos desafios que precisam ser endereçados. Um deles é a previsibilidade do sistema como um todo. Quando o intervalo entre o depósito e a análise para concessão da patente é longo, o detentor daquela inovação tem menos previsibilidade sobre os direitos dessa tecnologia. Historicamente, o Brasil leva quase uma década para concluir o processo de concessão da patente, e embora já existam iniciativas governamentais que buscam reduzir esse tempo para dois anos, os prazos ainda permanecem muito longos, e com isso, empresas multinacionais tendem a priorizar seus investimentos para mercados que ofereçam maior clareza e maior agilidade nos processos, o que, na prática, se reflete em uma demora maior da chegada da tecnologia em outros mercados.



O mercado, em geral, busca maior segurança jurídica e institucional. A falta de clareza de prazos, a ausência de compensação ao detentor em caso de mora injustificada nesse processo de avaliação; ou constantes debates sobre a “quebra de patentes” de produtos, geram inseguranças e afastam investimentos.

Por isso, é importante que essas discussões avancem com base em critérios técnicos, transparência e alinhamento com práticas internacionais, preservando o equilíbrio entre incentivo à inovação e interesse público.

Também é fundamental reconhecer que propriedade intelectual e o acesso à saúde não são objetivos conflitantes, mas complementares. Propriedade intelectual não é um mecanismo apenas para grandes empresas, mas pode ser uma grande alavanca também para universidades, pesquisas acadêmicas, entre outros. Estudos mostram que ambientes previsíveis e seguros tendem a atrair mais inovação e pesquisa e parcerias, com ela, mais opções terapêuticas para a população.

A discussão sobre propriedade intelectual não é apenas jurídica ou econômica. Ela é, sobretudo, uma discussão sobre futuro, sobre a capacidade de um país de atrair investimentos, desenvolver conhecimento e garantir que novas soluções cheguem de forma célere a quem precisa.

E, quando falamos de saúde, esse futuro tem um significado ainda mais direto. Ele se traduz em mais tempo, mais qualidade de vida e mais possibilidades para milhões de pessoas.

(Por: Amanda Spina. Revista Exame. Publicado em: 17/05/2026. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/qopiniao>. Acesso em: junho de 2026. Adaptado.)

Questão 06

Informações que apresentam dados da realidade observável no texto, promovem, principalmente:

- A) Estratégia argumentativa.
- B) Apresentação de conclusões.
- C) Elaboração de dados científicos.
- D) Apresentação de refutação argumentativa.

Questão 07

No trecho “Esses números ajudam a dimensionar o quanto o sistema de propriedade intelectual está diretamente ligado à geração de novas terapias que podem mudar o curso da doença e a vida das pessoas.” (4º§), quanto ao termo destacado, pode-se afirmar que:

- A) Classificam-se morfologicamente de forma equivalente.
- B) Todos possuem classificações morfológicas diferentes, sendo um tipo de classificação para cada um deles.
- C) Em “ã” é possível observar fenômeno linguístico que une duas classes de palavras morfologicamente distintas.
- D) A segunda ocorrência do termo destacado “o” poderia ser substituída por “ao”; elevando-se, assim, o nível de formalidade da linguagem utilizada.

Questão 08

De acordo com a estrutura e o conteúdo textual apresentados, pode-se afirmar que:

- A) A paragrafação apresentada remete à enumeração típica dos textos de caráter instrutivo.
- B) Trata-se de um texto predominantemente objetivo, que utiliza uma linguagem clara e acessível ao público-alvo.
- C) Indica-se como público-alvo determinado grupo de intelectuais, cujo tema faz parte de suas atividades cotidianas.
- D) É possível reconhecer que a subjetividade textual está presente na elaboração do texto como elemento construtor da perspectiva apresentada.

Questão 09

Considerando a estrutura do texto em que a introdução, o desenvolvimento e a conclusão exercem papéis diferentes e se articulam com intuito de promover o encaminhamento textual para o alcance do propósito comunicativo, acerca da introdução, pode-se afirmar que:

- A) É possível reconhecer que a narrativa apresentada indica estratégia argumentativa.
- B) São apresentados o tema, assim como informações que contribuem para a sua compreensão.
- C) O período que dá início ao texto promove um debate a partir de uma premissa hipotética marcada pelo termo “parece”.
- D) No 1º§, é possível reconhecer argumentos que sustentam as ideias e informações constituintes do título atribuído ao texto.



Questão 10

Em “*Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual.*” (2º§), quanto à estrutura linguística, pode-se observar que:

- A) Por haver um verbo de ligação, o período é caracterizado como período simples.
- B) A finalidade introduzida pela conjunção destacada reproduz o conceito referido anteriormente.
- C) Há constituição de um período composto em que há referência à finalidade associada à informação anterior.
- D) O termo “esse” estabelece referência com o período anterior, indicando coordenação entre períodos distintos.

Questão 11

Durante a abertura de um processo administrativo para aquisição de medicamentos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), o servidor responsável deve obedecer aos princípios da Administração Pública e da redação oficial. Nesse contexto, são consideradas condutas adequadas, EXCETO:

- A) Utilizar linguagem objetiva, clara e impessoal nos documentos oficiais.
- B) Anexar documentos comprobatórios que demonstrem a necessidade da aquisição.
- C) Registrar formalmente a justificativa técnica da compra no processo administrativo.
- D) Inserir opiniões pessoais sobre a gestão pública, a fim de demonstrar o grau da necessidade da solicitação.

Questão 12

Considere a seguinte situação hipotética: em um hospital público, verificou-se aumento expressivo da demanda assistencial decorrente dos casos de dengue, tornando necessária a comunicação formal à Secretaria Municipal de Saúde para solicitação urgente de insumos hospitalares. De acordo com os preceitos da redação oficial estabelecidos pelo Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta a formulação mais adequada para integrar o expediente administrativo destinado à referida secretaria.

- A) “Cumprе informar que o aumento substancial dos casos de dengue tem ocasionado desafios operacionais relevantes, razão pela qual se registra a expectativa de que essa Secretaria examine medidas de apoio institucional compatíveis com a situação apresentada.”
- B) “Considerando o cenário epidemiológico atualmente enfrentado por esta unidade hospitalar, solicita-se a essa Secretaria a adoção das providências que entender cabíveis quanto ao eventual fornecimento de insumos destinados ao atendimento da demanda assistencial.”
- C) “Tendo em vista as dificuldades experimentadas por este hospital no contexto do atual surto de dengue, entende-se recomendável que essa Secretaria avalie, com a maior brevidade possível, a conveniência do encaminhamento de materiais hospitalares complementares.”
- D) “Em razão da expressiva elevação dos atendimentos relacionados à dengue, solicita-se a disponibilização emergencial de insumos hospitalares indispensáveis à manutenção da capacidade operacional desta unidade, a fim de assegurar a continuidade e a adequação da assistência prestada à população.”

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 13

Determinada secretaria municipal de meio ambiente organizou um treinamento para 24 agentes ambientais. Para a realização de uma atividade prática, eles foram divididos em 6 equipes com a mesma quantidade de participantes. Ao selecionar aleatoriamente dois agentes distintos, qual é a probabilidade de ambos pertencerem à mesma equipe?

- A) Menor que 0,12.
- B) Entre 0,12 e 0,15.
- C) Entre 0,15 e 0,18.
- D) Maior que 0,18.

Questão 14

Uma equipe da Secretaria Municipal de Obras de Ji-Paraná é composta por 8 servidores que trabalham no mesmo ritmo. Em determinado mutirão, 5 servidores conseguiram organizar 300 processos administrativos ao longo de 4 dias. Mantendo-se o mesmo ritmo de trabalho, quantos processos serão organizados se toda a equipe trabalhar durante 6 dias?

- A) 540.
- B) 600.
- C) 720.
- D) 840.



Questão 15

A secretaria municipal de educação de determinada prefeitura identificou que o código de patrimônio dos computadores das escolas é formado por 6 algarismos, cada um podendo assumir qualquer valor de 0 a 9. Durante uma auditoria, uma servidora informou lembrar apenas que o código possui exatamente quatro algarismos iguais a 3 e que os outros dois algarismos são diferentes de 3, podendo ou não ser iguais entre si. Com base na informação da servidora, quantos códigos distintos podem ser formados?

- A) 1.215.
- B) 2.430.
- C) 3.645.
- D) 4.860.

Questão 16

Durante uma capacitação promovida por determinada secretaria municipal de saúde, participaram 1.680 servidores públicos. Sabe-se que $\frac{5}{7}$ dos participantes eram agentes comunitários de saúde e que $\frac{1}{5}$ desses agentes também atuavam como instrutores em cursos internos. Além disso, $\frac{1}{14}$ do total de participantes não era nem agente comunitário de saúde nem instrutor. Considerando que todos os participantes pertenciam a pelo menos um desses dois grupos (agentes comunitários de saúde ou instrutores), exceto aqueles explicitamente informados como pertencentes a nenhum deles, quantos instrutores participaram da capacitação?

- A) 360.
- B) 420.
- C) 480.
- D) 600.

Questão 17

Durante um mutirão promovido pela Controladoria-Geral de determinado município, três analistas administrativos – Fernanda, Ricardo e Tiago – dividiram entre si a tarefa de revisar 48 relatórios financeiros. Cada relatório seria revisado por apenas um dos analistas. Sabe-se que Fernanda revisará 4 relatórios a mais que Tiago e que Tiago revisará 2 relatórios a menos que Ricardo. Com base nessas informações, quantos relatórios serão revisados por Fernanda?

- A) 14.
- B) 16.
- C) 18.
- D) 20.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CULTURA DE JI-PARANÁ (LEI Nº 2.576/2013)

Questão 18

O município de Ji-Paraná destaca-se como um dos principais centros urbanos do estado de Rondônia. Seu processo de crescimento urbano e as atividades econômicas contribuíram para a reorganização das atividades produtivas e para a consolidação de sua rede urbana. Considerando as características territoriais e urbanas de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

- A) O município apresenta predomínio das atividades industriais pesadas como principal fator de organização do espaço urbano.
- B) A centralidade urbana de Ji-Paraná relaciona-se à oferta de comércio, a serviços e à articulação dos fluxos regionais de circulação.
- C) A dinâmica econômica municipal está associada à concentração predominante de atividades extrativistas e à exploração de petróleo.
- D) O crescimento urbano municipal ocorreu de forma independente dos eixos rodoviários e da expansão das atividades econômicas regionais.

Questão 19

O desenvolvimento histórico de Ji-Paraná esteve diretamente associado à rede hidrográfica regional, especialmente aos rios que estruturaram fluxos de circulação, atividades extrativistas e ocupação populacional. O município consolidou-se em área estratégica. Sobre a hidrografia e a dinâmica territorial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

- A) O Rio Machado possui drenagem endorreica e deságua em depressões interiores da Amazônia Meridional.
- B) Os principais cursos d'água municipais possuem regime intermitente, condicionado à escassez de precipitações anuais.
- C) O município integra a bacia amazônica e apresenta drenagem vinculada ao Rio Machado, conhecido localmente como Rio Ji-Paraná.
- D) A hidrografia municipal está vinculada à bacia do Rio São Francisco, em razão da conexão hidroviária estabelecida com o Centro-Oeste brasileiro.



Questão 20

Nas aldeias indígenas, questões relacionadas à insalubridade e à periculosidade representam desafios significativos para os profissionais de saúde, no qual as atividades diárias podem expor os profissionais de saúde a situações perigosas, como o acesso a áreas remotas e a exposição a animais peçonhentos, além de riscos biológicos. As crenças indígenas consideram a doença como um evento que se relaciona intimamente com o corpo social, cujas implicações são mais coletivas que individuais, caracterizando o processo saúde-doença como sendo sociocultural, o que se contrapõe ao modelo biomédico em diversas perspectivas.

(ARAÚJO, Mirelia Rodrigues de; LOPES, Graciana de Sousa; NASCIMENTO, Loren Rebeca Anselmo do; MC COMB, Karine Garcêz [org.]. *Enfermagem contemporânea: novos desafios*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2025. Adaptado.)

No caso específico do município de Ji-Paraná, polo base para diversas etnias, em relação à saúde, é correto afirmar que:

- A) As equipes de saúde precisam ter uma visão ampla para perceber práticas tradicionais, como o uso de medicina natural e o respeito às pajelanças e rituais.
- B) Há especificidades culturais que, mesmo ao impactarem diretamente a saúde da população, não podem ter a interferência informacional ou prática de outras instâncias.
- C) A automedicação com chás e ervas medicinais aparece como um traço cultural forte, que, na maioria das vezes, contrapõe-se ao uso do sistema de saúde oficial, tornando-o precário.
- D) As equipes de saúde devem prescrever, através de informações e dicas, consumos culturais como a *magaloba*, fermento da mandioca, inserido desde a infância na cultura dos povos indígenas locais.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

A Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná disciplina o processo orçamentário municipal, estabelecendo regras sobre a estrutura da Lei Orçamentária Anual (LOA), suas vedações, bem como hipóteses de utilização de recursos. Considerando as disposições normativas da legislação em tela acerca do tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A lei orçamentária compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social, mesmo sem direito a voto.
- B) É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos do município.
- C) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- D) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Questão 22

Após receber projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, o prefeito, ao entender que parte do texto era contrária ao interesse público, encaminhou veto parcial dentro do prazo legal. O veto foi então remetido ao Legislativo para apreciação, permanecendo sem deliberação pelo prazo de trinta dias, contados de seu recebimento. Em outra ocasião, ao receber novo projeto de lei aprovado pela Câmara, o prefeito manteve-se silente por quinze dias úteis, sem manifestação expressa de sanção ou veto, sendo o texto considerado automaticamente sancionado. Em momento diverso, solicitou à Câmara Municipal delegação para elaboração de lei delegada, com o objetivo de disciplinar matéria reservada à lei complementar. A partir das previsões da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

- A) O prefeito, ao encaminhar veto parcial ao projeto de lei, deverá comunicar, dentro de setenta e duas horas, ao presidente da Câmara os motivos do veto.
- B) O silêncio do prefeito, após o prazo de quinze dias úteis, não importa em sanção automática, dependendo de manifestação expressa do chefe do Executivo.
- C) Esgotado o prazo de trinta dias sem deliberação, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.
- D) A delegação solicitada pelo prefeito para a elaboração da referida lei terá forma de Decreto Legislativo, sendo apreciada em votação única e vedada a apresentação de emendas.



Questão 23

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 1.405/2005, estabelece o conjunto de normas que disciplinam o regime jurídico aplicável aos servidores públicos municipais, dispondo sobre direitos, deveres, exercício funcional, estabilidade e organização administrativa. Considerando as disposições da legislação supracitada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após trinta e seis meses de efetivo exercício, quando aprovado em estágio probatório.
- B) O servidor empossado deverá entrar em exercício no prazo de trinta dias, contados da data da posse, admitida uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.
- C) Os servidores investidos em cargo de chefia e assessoramento terão substitutos previamente indicados pela autoridade competente, quando de seus afastamentos, por período igual ou superior a cinco dias.
- D) É vedado atribuir ao servidor público outras atribuições além daquelas inerentes ao cargo do qual seja titular, salvo quando designado para o exercício de cargo ou função de confiança ou para integrar Comissão ou grupo de trabalho.

Questão 24

A Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná disciplina a competência tributária municipal, estabelecendo as hipóteses em que o município poderá instituir impostos, taxas e contribuições, nos termos das normas constitucionais aplicáveis e da repartição de competências tributárias. Tais disposições devem ser interpretadas de forma estrita, especialmente quanto aos elementos descritivos das hipóteses de incidência e suas exceções. Diante do exposto, com base na Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O município não poderá instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos.
- () O município poderá instituir contribuição, cobrando de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.
- () Compete ao município instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, admitindo-se, nos termos da lei municipal, a progressividade desse tributo como instrumento destinado a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
- () As alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza serão fixadas por lei municipal, não se submetendo ao limite fixado em lei complementar da União.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 25

O regime disciplinar dos servidores públicos municipais estabelece deveres, proibições e consequências jurídicas aplicáveis às condutas funcionais, visando assegurar a regularidade, a continuidade e a eficiência do serviço público. À luz das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ji-Paraná, instituído pela Lei Municipal nº 1.405/2005, assinale a afirmativa correta.

- A) Não poderá ser cassada a disponibilidade do servidor, ainda que tenha praticado, quando em atividade, falta punível com a demissão.
- B) Terá configurado abandono de cargo o servidor que se ausentar do serviço, sem causa justificada, por sessenta dias interpoladamente durante o mesmo ano civil.
- C) O servidor que, injustificadamente, recusar submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com advertência, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- D) O servidor que sofreu penalidade de advertência terá o respectivo registro cancelado após o decurso de três meses de efetivo exercício, desde que, nesse período, não pratique nova infração disciplinar.



Questão 26

Os mecanismos de controle externo e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município destinam-se à preservação da legalidade, legitimidade e regular aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, com base na Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

- A) O exame das contas municipais e o questionamento de sua legitimidade pelos munícipes dependerão de autorização prévia do Tribunal de Contas competente.
- B) Uma servidora responsável por gerenciar recursos públicos municipais não está sujeita ao dever de prestar contas, por se tratar de pessoa física, aplicando-se essa obrigação apenas às entidades públicas.
- C) Um cidadão que tenha conhecimento de irregularidades na Administração Municipal poderá denunciá-las perante a Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal, desde que esteja representado por associação regularmente constituída.
- D) Diante de indícios de despesas não programadas, a Comissão Permanente de Finanças poderá solicitar esclarecimentos à autoridade responsável. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência.

Questão 27

As licenças e os afastamentos previstos no regime jurídico dos servidores públicos municipais constituem mecanismos legais com o objetivo de disciplinar situações da vida funcional do agente público. Tais institutos submetem-se a requisitos específicos, prazos e condições expressamente previstos em lei. Nesse contexto, a partir das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Municipal nº 1.405/2005, assinale a afirmativa correta.

- A) Concluído o serviço militar, o servidor licenciado para essa finalidade terá até trinta dias, com remuneração, para reassumir o exercício do cargo.
- B) O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde exerce suas funções e investido em cargo de chefia dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- C) O servidor estável que requerer afastamento remunerado para participação em curso de capacitação profissional ministrado por instituição privada não poderá obtê-lo, sendo o afastamento admitido apenas para formação promovida por órgão ou entidade oficial.
- D) O servidor ocupante de cargo efetivo e já aprovado no estágio probatório, que houver usufruído licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de dois anos consecutivos, poderá obter nova licença da mesma natureza após o decurso de um ano contado do término da licença anterior.

Questão 28

A atuação do município na ordem econômica e na prestação de serviços públicos deve observar os princípios constitucionais da valorização do trabalho humano, da livre iniciativa, da supremacia do interesse coletivo e da adequada prestação dos serviços à população. A partir desse contexto, analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. O município instituiu empresa pública para explorar diretamente atividade econômica de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar, assegurando a adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e às diretrizes orçamentárias, conforme exigência prevista para as entidades dessa natureza.
- II. O município celebrou contrato de concessão para prestação de serviço público de transporte coletivo urbano sem prévio procedimento licitatório, justificando a contratação direta pela demanda social.
- III. O município criou sociedade de economia mista destinada à exploração direta de atividade econômica de interesse coletivo, atribuindo-lhe privilégios fiscais não extensivos ao setor privado, sob o fundamento de incentivo à continuidade do serviço prestado.
- IV. O Poder Executivo municipal instituiu programa de incentivo ao turismo local como fator de desenvolvimento econômico e social.

Com base nas previsões da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.



Questão 29

As hipóteses de vedação ao exercício do mandato parlamentar e de perda do mandato constituem mecanismos destinados à preservação da moralidade administrativa, da independência do Poder Legislativo e da regularidade da representação política municipal. Nesse contexto, com base na Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

- A) A vereadora M., após a posse, passou a exercer função remunerada em empresa favorecida por contrato firmado com pessoa jurídica de direito público municipal, situação admitida desde que ela não integre a direção da empresa.
- B) O vereador P., durante o exercício do mandato, fixou sua residência e domicílio eleitoral em outro município, hipótese que acarretará a perda do mandato, mediante decisão da Câmara Municipal, por maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- C) O vereador T. deixou de comparecer, sem licença ou justificativa legal, a mais de um terço das sessões ordinárias da mesma sessão legislativa, hipótese em que a perda do mandato poderá ser declarada de ofício pela Mesa da Câmara, assegurada ampla defesa.
- D) O vereador R., após a expedição do diploma, assumiu cargo remunerado, demissível “*ad nutum*”, em autarquia municipal integrante da Administração Pública indireta, situação que não configura vedação legal, uma vez que cargos dessa natureza podem ser livremente exercidos após a diplomação.

Questão 30

Os institutos da readaptação, da reversão e da reintegração constituem o regime jurídico dos servidores públicos e são disciplinados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Municipal nº 1.405/2005. Considerando as disposições desse diploma legal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) J., servidor público readaptado, foi julgado incapaz para o serviço público. Nessa situação, o servidor será aposentado por invalidez.
- B) P., servidor público aposentado por invalidez e com mais de 70 anos de idade, teve reconhecida a insubsistência dos motivos que ensejaram sua aposentadoria, cenário em que será cabível o instituto da reversão.
- C) A servidora pública M. sofreu limitação em sua capacidade física, constatada em inspeção médica, e foi submetida à readaptação funcional. Nessa hipótese, a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação e o nível de escolaridade exigido, além da equivalência de vencimentos.
- D) O servidor público estável C. foi reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, o qual se encontrava provido por outro servidor. Nessa hipótese, o eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou será aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

Considere, hipoteticamente, que a prefeitura de Ji-Paraná pretende realizar uma intervenção urbana em determinada área degradada para criar um parque municipal, além de constituir uma reserva fundiária. Para adquirir os terrenos necessários de forma preferencial em relação a investidores privados, o município deve utilizar o seguinte instrumento:

- A) Direito de preempção.
- B) Monitoramento da densificação.
- C) Transferência do direito de construir.
- D) Desapropriação com pagamento em títulos.

Questão 32

Determinado projeto municipal prevê a construção de um novo Centro de Atendimento ao Cidadão. No bloco administrativo, um corredor de uso comum, com 12 m de extensão, foi desenhado com largura de 1,20 m. Ao analisar o projeto, nos termos da norma técnica que trata de acessibilidade, o arquiteto responsável pela revisão deve apontar que a largura está:

- A) Incorreta, pois o mínimo para qualquer corredor em edificação pública é de 1,50 m.
- B) Correta, pois 1,20 m atende ao parâmetro de dez por cento da extensão total do corredor.
- C) Incorreta, pois a largura mínima deve ser de 1,50 m para corredores com extensão projetada.
- D) Incorreta, pois os corredores administrativos municipais são considerados de uso público e exigem largura mínima de 1,80 m.



Questão 33

No contexto do Regime Urbanístico de Ji-Paraná, considerando suas expressões e respectivas definições, é correto afirmar que:

- A) A área bruta de uma zona corresponde à soma das áreas cobertas de todos os pavimentos de uma edificação.
- B) O coeficiente de aproveitamento básico resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes e glebas urbanos.
- C) A contrapartida financeira é o valor econômico, correspondente ao IPTU progressivo no tempo, a ser pago ao poder público pelo proprietário de imóvel.
- D) O Potencial Construtivo Básico de um lote é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo fixado para a zona onde está localizado.

Questão 34

Em relação ao dimensionamento de rampas, quando se trata de uma reforma em edificações existentes em que não podem ser atendidos os percentuais de inclinação padronizados, a norma técnica permite o uso de inclinações excepcionais para vencer um desnível. Diante do exposto, qual a inclinação máxima permitida para um desnível de 0,075 m em um único segmento?

- A) De 5% a 8,33%.
- B) De 8,33% a 10%.
- C) De 10% a 12,5%.
- D) De 12,5% a 15%.

Questão 35

A Política Nacional sobre Mudança do Clima visa compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção do sistema climático, priorizando a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais. São considerados instrumentos que podem ser adotados pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, EXCETO:

- A) Estudo prévio de impacto ambiental.
- B) Medidas de educação e conscientização.
- C) Linhas de crédito específicas de agentes financeiros privados.
- D) Desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento.

Questão 36

Em projetos de edifícios no município de Ji-Paraná, conforme a Lei Municipal nº 2.187/2011, a concessão de licença de construção pelo órgão municipal responsável está condicionada à:

- A) Apresentação de estudo de impacto ambiental.
- B) Previsão de elevador ou rampa para acesso de deficientes físicos.
- C) Existência de heliponto para edificações acima de vinte pavimentos.
- D) Adoção de materiais nacionais visando à redução do impacto ambiental.

Questão 37

As aplicações dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) são destinadas a ações vinculadas aos programas de Habitação de Interesse Social (HIS) em todo o território nacional. Nesse contexto, são consideradas ações vinculadas aos programas de HIS, EXCETO:

- A) Arrendamento de unidades habitacionais em áreas rurais.
- B) Produção de imóveis em áreas encortçadas para fins habitacionais de interesse social.
- C) Aquisição de materiais para mobiliar unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais.
- D) Implantação de infraestrutura complementar aos programas habitacionais de interesse social.

Questão 38

Segundo a Nova Agenda Urbana, é correto afirmar que uma das principais características da urbanização contemporânea em países em desenvolvimento é:

- A) O desaparecimento das periferias urbanas associado ao incentivo à expansão urbana dispersa.
- B) A redução da informalidade urbana associado à equidade no uso do espaço público de circulação.
- C) O crescimento urbano acelerado associado a desigualdades socioespaciais e pressão sobre infraestrutura.
- D) A estagnação das áreas metropolitanas associada à redução contínua dos deslocamentos metropolitanos.



Questão 39

Considere, hipoteticamente, que a Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná está projetando a reforma de uma calçada em uma via comercial consolidada, onde a largura total disponível do passeio é de 2,00 m. O projeto deve prever a instalação de novos postes de iluminação e lixeiras, além de garantir o acesso a uma edificação antiga, cujo nível do piso está 15 cm acima da calçada. De acordo com os parâmetros estabelecidos pela norma técnica que trata de acessibilidade, qual a configuração correta para as faixas de uso dessa calçada?

- A) Faixa de serviço de 1,00 m para acomodar o mobiliário e faixa livre de 1,00 m; permite-se que a rampa de acesso à edificação avance sobre a faixa livre.
- B) Faixa livre com largura de 2,00 m, com o mobiliário urbano instalado de forma esparsa para não interromper o fluxo, desde que garantidos 90 cm de passagem aos pedestres.
- C) Faixa de serviço e faixa livre com, respectivamente, 70 cm e 1,30 m de largura; os ajustes de nível de piso para acesso à edificação deverão ser executados dentro do lote.
- D) Faixa de serviço e faixa de acesso com, respectivamente, 80 cm e 1,20 m de largura; os ajustes de nível de piso para acesso à edificação deverão ser executados na faixa de acesso.

Questão 40

Considerando as áreas para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento, a norma técnica que trata de acessibilidade estabelece dimensões específicas para distintos ângulos de rotação. Nesse contexto, assinale, a seguir, a dimensão correta para uma rotação de 180°.

- A) 0,90 m × 1,20 m.
- B) 1,20 m × 1,20 m.
- C) 1,50 m × 1,20 m.
- D) Círculo com diâmetro de 1,50 m.

Questão 41

Determinado arquiteto submete à aprovação um projeto de loteamento residencial em que as ruas internas foram projetadas com dez metros de largura total, com leito carroçável de sete metros. Ao analisar esse projeto, considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.187/2011, é correto afirmar que:

- A) O projeto precisará ser adequado, uma vez que a largura mínima permitida é de treze metros para vias locais.
- B) A dimensão apresentada para leito carroçável está correta, mas a largura total da via deve ser de, pelo menos, quinze metros.
- C) O projeto precisa ser revisado para que as vias internas tenham, no mínimo, doze metros de largura total e leito carroçável de oito metros.
- D) O projeto está adequado para zonas de baixa densidade; no entanto, precisará ser revisado caso o loteamento esteja inserido em zonas de uso misto.

Questão 42

Sobre a execução de infraestrutura, áreas *non aedificandi* e restrições técnicas em projetos de parcelamento no município de Ji-Paraná, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Cabe ao loteador a responsabilidade pela abertura e terraplenagem das vias, bem como pela demarcação das quadras e lotes.
- () O parcelamento do solo é vedado em terrenos com declividade igual ou superior a trinta por cento, sem possibilidade de exceção técnica.
- () Ao longo de rodovias federais ou estaduais, é obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de quinze metros de cada lado, que deve ser considerada área de preservação ambiental ou lazer.
- () É proibido aterramento, canalização ou retificação de cursos d'água sem a prévia anuência do município e do órgão estadual competente.
- () O comprimento das quadras deve ser de até a duzentos e cinquenta metros.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F, F.
- B) V, F, F, V, V.
- C) F, V, V, V, F.
- D) F, F, F, F, V.



Questão 43

A prefeitura de Ji-Paraná planeja uma Operação Urbana Consorciada para revitalizar uma área central. O arquiteto que representa o órgão municipal foi consultado para definir a contrapartida dos investidores. Considerando o disposto na legislação federal pertinente, os recursos obtidos por meio dessa contrapartida devem ser aplicados:

- A) Em programas de habitação de interesse social.
- B) Na própria operação urbana consorciada em questão.
- C) No fundo geral do município para custear a manutenção do sistema viário.
- D) No fundo geral do município para custear o sistema de saúde e educação local.

Questão 44

Considere que a prefeitura de Ji-Paraná decidiu elaborar um Plano de Habitação de Interesse Social. O termo de adesão, os relatórios de gestão e a elaboração do plano habitacional, tendo em vista as demandas locais, foram devidamente preparados. Para receber recursos descentralizados do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o município deve, também:

- A) Autorizar o FNHIS a ressarcir os custos operacionais e correspondentes encargos tributários do agente operador.
- B) Contratar uma empresa privada para realização periódica de auditoria externa em cada projeto, preservando a integridade e neutralidade nas decisões técnicas.
- C) Constituir um Conselho com representação de entidades públicas, privadas e segmentos da sociedade, garantindo um quarto das vagas para movimentos populares.
- D) Apresentar a listagem de possíveis beneficiários da política habitacional municipal, instituindo um Conselho com representação paritária entre homens e mulheres.

Questão 45

O proprietário de um terreno de 1.000 m², em Ji-Paraná, localizado em área onde o Plano Diretor exige aproveitamento mínimo, mantém o lote vazio por dois anos, mesmo após ser notificado para edificar. A prefeitura inicia a aplicação do IPTU progressivo. No terceiro ano de cobrança progressiva, o proprietário falece e o imóvel é transmitido ao herdeiro. Considerando os dispostos federais sobre o tema, trata-se de conduta correta para o município:

- A) Suspender os prazos por um ano para que o herdeiro possa protocolar novo projeto de arquitetura.
- B) Manter a cobrança do IPTU progressivo sem interrupção de prazos, pois a obrigação se transfere ao herdeiro.
- C) Cancelar a averbação da notificação no Cartório de Registro de Imóveis para regularizar a sucessão *causa mortis*.
- D) Interromper a progressividade, pois a notificação é ato personalíssimo e o herdeiro deve ser notificado novamente.

Questão 46

Considerando o disposto no Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015), a “Função Pública de Interesse Comum” é definida como:

- A) Conjunto de infraestruturas destinadas ao transporte de cargas interestaduais.
- B) Política pública que não consegue ser realizada por um município de modo isolado.
- C) Atividade administrativa realizada pelo governo federal ou estadual em distintos territórios municipais.
- D) Compartilhamento de responsabilidades entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e ações de viés público.

Questão 47

Considere, hipoteticamente, que um município brasileiro de médio porte aprovou sucessivos loteamentos periféricos sem integração ao sistema viário principal e sem previsão adequada de equipamentos públicos. Após dez anos, a prefeitura identificou aumento do tempo de deslocamento, dificuldade de acesso à infraestrutura urbana e ampliação da segregação socioespacial. Uma equipe técnica foi designada para revisar a política urbana municipal conforme os princípios da Nova Agenda Urbana. Com base na situação apresentada e, ainda, em conformidade com a Nova Agenda Urbana, é correto afirmar que a medida a ser adotada nesse município, visando à sustentabilidade espacial, deverá:

- A) Estimular a abertura de novos loteamentos periféricos como mecanismo de ampliação da oferta urbana municipal.
- B) Adotar padrões urbanos baseados na especialização de usos e na separação entre áreas residenciais e atividades econômicas.
- C) Estruturar o crescimento urbano com centralidades complementares conectadas ao sistema viário e aos serviços públicos.
- D) Direcionar investimentos em mobilidade para os corredores centrais consolidados, preservando o modelo urbano vigente.



Questão 48

No projeto de um novo ginásio poliesportivo para determinado município, torna-se necessária a instalação de sanitários acessíveis. Considerando os parâmetros de acessibilidade, é correto afirmar que a porta do sanitário acessível deverá ter um vão livre mínimo de:

- A) 0,70 m e possuir puxador vertical no lado interno a 0,90 m do piso.
- B) 0,80 m e abertura para o interior do sanitário.
- C) 0,90 m e permitir a passagem de cadeiras de rodas esportivas.
- D) 1,00 m e abertura para o lado externo.

Questão 49

Considere, hipoteticamente, que, em determinado município metropolitano, o aumento da tarifa do transporte coletivo provocou queda no número de usuários e ampliação do uso do automóvel individual. Diante dessa situação, técnicos municipais defenderam a criação de receitas extratarifárias para subsidiar o sistema. Segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana, essa medida:

- A) Contraria o princípio da eficiência econômica.
- B) Limita a admissão desta receita a transportes metroferroviários.
- C) É admitida para garantir modicidade tarifária e sustentabilidade do sistema.
- D) É vedada, pois, em casos de déficit, as tarifas devem ser custeadas poder público municipal.

Questão 50

Durante a análise de um condomínio residencial horizontal com 40.000 m², o empreendedor questiona a necessidade de doação de áreas externas ao perímetro fechado. Com base no disposto na Lei Municipal nº 2.187/2011, a conduta correta aplicável a tal caso é:

- A) Destinar 5.000 m² para alocação de equipamentos comuns do condomínio e áreas destinadas ao lazer.
- B) Ceder, obrigatoriamente, áreas para condomínios acima de 50.000 m², contemplando áreas verdes e transferindo-as ao patrimônio do poder público municipal.
- C) Realizar a cessão de 4.000 m² para áreas verdes dentro do perímetro do condomínio, e área de 2.000 m² para equipamentos comunitários, situando-os fora e anexos ao perímetro do condomínio.
- D) Transferir ao poder público municipal, pelo menos, 14.000 m², que serão destinados a contemplar o percentual de áreas verdes, equipamentos comunitários e equipamentos urbanos dentro e fora do perímetro do condomínio.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

